

Folha de S. Paulo – 26/02/2008

PAC não elimina ameaça de falta de energia, alerta Ipea

Para instituto ligado ao governo, "garantia de abastecimento até 2013 corre sério risco' Na opinião de especialista, estudo do Ipea superestima a necessidade de energia em relação ao crescimento previsto para o PIB do país

JANAINA LAGE

DA SUCURSAL DO RIO

Estudo divulgado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão ligado ao governo, afirma que os investimentos previstos no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) não são suficientes para eliminar o risco de insuficiência de energia, mesmo que as obras não sofram atrasos.

"A garantia de abastecimento até 2013 está correndo sério risco, tendo em vista o aumento crescente do déficit de geração, particularmente para os anos de 2010 e 2011, reconhecidos pelo próprio governo enquanto críticos", afirma o estudo, assinado pelos pesquisadores Bolívar Pêgo e Carlos Álvares da Silva Campos Neto.

O PAC do setor elétrico prevê investimentos em geração e transmissão de R\$ 78,4 bilhões para o período de 2007 a 2010.

A conclusão do estudo é feita com base em duas projeções de cenários. Ambos têm como base uma capacidade instalada de 100.000 MW. A primeira projeção considera os dados do Ministério de Minas e Energia referentes ao balanço do crescimento de oferta e demanda de energia elétrica até 2011.

Nesse quadro, o país chegaria a 2010 com uma diferença negativa de 9.300 MW entre o crescimento da oferta e o da demanda de energia. Em 2011 seria de 13.500 MW. As chuvas só garantiriam o suprimento do país até 2008.

"O próprio governo admite que, se os projetos de gasodutos e as duas plantas de conversão de gás natural liquefeito (GNL) importado não amadurecerem a tempo, são grandes as incertezas para o biênio 2009 e 2010, em caso de as chuvas virem abaixo da média", diz o estudo.

No segundo cenário analisado, consideram-se apenas os dados constantes do PAC, no período de 2007 a 2010. A meta de geração de energia no programa é de 12.386 MW. Isso, segundo o Ipea, não é suficiente para atender a um crescimento da demanda de cerca de 6,5% ao ano no período e representaria uma diferença de menos 13.400 MW entre o crescimento da oferta e da demanda de energia em 2010.

Na prática, o Ipea conclui que, com um crescimento da economia de 5% ao ano, seria necessário um aumento da oferta de energia de 6.500 MW/ano ou 26.000 MW em quatro anos.

Superestimado

Para o professor Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ, o estudo representa uma contribuição importante, mas tem um erro que pode distorcer o resultado. "O trabalho considera que, se o PIB crescer 5%, a demanda de energia crescerá 30% a mais. Não foi o que aconteceu no ano passado, quando essa relação foi de 1 para 1. O estudo superestima a necessidade de energia", disse.

O Ipea cita ainda estudo do **Instituto Acende Brasil** que indica um risco de racionamento de 8% em 2010 e de 14% em 2011, quase o triplo do risco máximo recomendado, de 5%.

O instituto ligado ao governo recomenda medidas para amenizar o risco de racionamento, como a contratação de dois a três navios reconversores de gás natural liquefeito, o aumento da capacidade das caldeiras de usinas térmicas a bagaço de cana e o cumprimento do cronograma para entrada em operação de térmicas a óleo combustível. Segundo o estudo, o país continua dependendo de uma quantidade favorável de chuva para evitar a falta de energia a partir de 2009. Procurado, o ONS (Operador Nacional do Sistema) afirmou que não se manifestaria. O Ministério de Minas e Energia afirmou que não poderia comentar porque não teve acesso ao estudo.